Governo do Distrito Federal
Ceb Lajeado S.A.
Diretoria Geral da CEB Lajeado
Jurídico

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

CONTRATO: 001/2024 - CEB LAJEADO S/A

PROCESSO SEI: 00117/00000036/2023-17

CONTRATANTE	**CEB LAJEADO S/A**, com sede no SGAN Quadra 601 Conjunto "H", Edifício ION, 2° andar, Brasília - DF, CEP 70.830-010 denominada CEB LAJEADO inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 03.677.638/0001-50.
REPRESENTANTES LEGAIS	
DIRETOR-GERAL	**JOÃO WELLISCH,** brasileiro, casado, Engenheiro Eletricista, portador da Identidade CREA/DF nº [redacted], CPF nº [redacted].109.791-[redacted]., residente e domiciliado nesta Capital.
DIRETORIA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA	**JAIRO FERNANDO MECABÔ**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da Cédula de Identidade OAB-DF nº [redacted] CPF nº [redacted].491.339-[redacted] residente e domiciliado nesta Capital.
CONSULTORA JURÍDICA	**FERNANDA GUIMARÃES DE CAMPOS AMARAL**, brasileira, solteira, advogada, natural de Brasília/DF, OAB/DF [redacted], CPF [redacted].468.851-[redacted], residente e domiciliada também nesta Capital.
CONTRATADA	**THYMOS ENERGIA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA,** CNPJ:17.079.154/0001-13 - Endereço: AV DAS NAÇÕES UNIDAS, 11541, 10º andar, BROOKLIN, SÃO PAULO – SP - CEP :04578-907 - telefone:11.3192-9103.
REPRESENTANTES LEGAIS	
REPRESENTANTES	**ALEXANDRE GUEDES VIANA BRASILEIRO**, brasileiro, casado, RG [redacted] SSP/SP, CPF [redacted].046.848-[redacted], com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, nº 11.541, 14º andar, conjunto 142, Brooklin Paulista, CEP: 04578-907, São Paulo -SP, telefone: Alexandre.viana@thymosenergia.com.br – [redacted] _____ **JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA MELLO BRASILEIRO**, brasileiro, divorciado, RG [redacted] SSP/SP, CPF [redacted].695.657-[redacted], com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, nº 11.541, 10º andar, conjunto 101, Brooklin Paulista, CEP: 04578-907, São Paulo - SP, telefone: jmello@thymosenergia.com.br - [redacted]
DADOS ESPECÍFICOS	
VIGÊNCIA DO CONTRATO	60 (sessenta) meses contados da data de assinatura do contrato.
VALOR DO CONTRATO	R$ 618.300,00 (seiscentos e dezoito mil e trezentos reais).
REGIME DE EXECUÇÃO	Empreitada por preço global.
OBJETO DO CONTRATO	Contratação de empresa especializada em serviços de consultoria para apoio à CEB Lajeado nas operações no mercado de energia elétrica, abrangendo os serviços de Inteligência de Mercado, Gestão Ativa do Portfólio de Contratos de Compra e Venda no ACR/CBR e Consultoria Mercadológica.
SIGNATÁRIOS	
CONTRATANTE: **JOÃO WELLISCH** — DIRETOR-GERAL **JAIRO FERNANDO MECABÔ** — DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO Fernanda Guimarães de Campos Amaral CONSULTORA JURÍDICA	
CONTRATADA: **ALEXANDRE GUEDES VIANA BRASILEIRO** — ADMINISTRADOR **JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA MELLO BRASILEIRO** — ADMINISTRADOR	

O presente Contrato é regido pelo CEBLic – Regulamento de Licitações e Contratos do Grupo CEB e pela Lei nº 13.303/2016 e suas alterações na forma e sob as condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – **DO OBJETO**

Constitui objeto do presente contrato a contratação de empresa(s) especializada(s) em serviços de consultoria em regulação e mercado de energia para apoio à CEB LAJEADO de modo a auxiliar e subsidiar na análise, avaliação, monitoramento e recomendações acerca do arcabouço regulatório e de mercado, relativos ao setor elétrico brasileiro, bem como subsidiá-la em atuações no mercado de comercialização de energia auxiliando nas operações de comercialização de energia, conforme Projeto Básico nº 009/2023- CEB LAJEADO.

Parágrafo Primeiro - O objeto contratual será executado de acordo com o estipulado neste ajuste, bem como o estabelecido no Projeto Básico nº 009/2023- CEB LAJEADO e na proposta da **CONTRATADA**, constantes do processo indicado no preâmbulo, que, independentemente de transcrição fazem parte integrante do presente Contrato.

Parágrafo Segundo - O regime de execução do presente contrato é por empreitada por preço global.

Parágrafo Terceiro - Descrição Detalhada do Objeto:

A CONTRATADA deve prestar assistência em uma atividade em separado, ou às duas atividades, concomitantemente de regulação do setor elétrico, em específico geração, e na gestão de geradoras, conforme abaixo:

1. Monitorar a evolução da legislação e regulação do Setor Elétrico, avaliar os impactos dos acontecimentos relevantes para as atividades da CEB Lajeado e comunicar riscos, ameaças e oportunidades decorrentes das oscilações no mercado e, principalmente, dos ajustes e modificações no Marco Regulatório do Setor Elétrico;
2. Prestar assistência em situações que envolvem o relacionamento da CEB Lajeado e os órgãos setoriais, contemplando a organização, participação em reuniões, elaboração de materiais técnicos de suporte e condução de pleitos específicos juntos aos órgãos atuantes no setor elétrico;
3. Analisar, especificamente, processos regulatórios e discussões setoriais para subsidiar o processo de tomada de decisão e definições de estratégias dadas as particularidades regulatórias e de mercado da CEB Lajeado;
4. Analisar as condições regulatórias de cada um dos empreendimentos do grupo, a partir de uma avaliação com amplo entendimento das obrigações regulatórias e contratuais existentes, a fim assessorar nas tratativas regulatórias, no atendimento de exigências legais, na mitigação de riscos e, principalmente, na identificação de eventuais oportunidades de otimização dos resultados econômicos e expansão das operações da CEB Lajeado;
5. Acompanhar, pesquisar e apoiar processos de audiências públicas, processos administrativos e Consultas Públicas junto aos órgãos reguladores, através de análises, prospecções de impactos e correção de ações, no contexto das alterações regulatórias e de mercado, relacionados às atividades da CEB Lajeado;
6. Dar suporte às Diretorias nas tratativas com a ANEEL, em processos de obtenção ou alteração de registros de outorga (DRO), outorgas, autorizações ou concessões de projetos de geração de energia, bem como nas ações previstas para solicitação de liberação para operação em testes e operação comercial dos projetos, sempre que necessário/aplicável.
7. Prover suporte durante as tratativas de prorrogação de outorgas de empreendimentos, cujas concessões estejam próximas ao vencimento, através das análises dos processos, documentos e emolumentos necessários e envolvidos em tais processos;
8. Apoiar a CEB Lajeado na elaboração dos relatórios periódicos e no atendimento às obrigações setoriais, relacionadas a processos de fiscalização, implantação e operação dos projetos, incluindo a elaboração de manifestações especificas e condução de processos de contestação de notificações ou durante a apresentação de esclarecimentos;
9. Participar da interação e articulação com associações de classe para representação da CEB Lajeado nas discussões regulatórias que possam impactar algum de seus ativos de geração;
10. Elaborar estudos temáticos com avaliação de riscos, oportunidades e outros aspectos associados aos interesses da CEB Lajeado sobre o mercado, novos negócios, fiscalização, comercialização ou regulação do setor elétrico, sempre que solicitada;
11. Assessoria no desenvolvimento de novos negócios no que se refere à regulação técnica e econômica destes;
12. Prestar esclarecimentos gerais de dúvidas sobre o Setor Elétrico Brasileiro relativas aos processos, empreendimentos, projetos e obrigações de responsabilidade da CEB Lajeado, quando solicitado pelos órgãos de Governança do Grupo CEB;
13. Prover suporte e orientação à CEB LAJEADO no âmbito dos diversos processos e procedimentos pertinentes aos Contratos de compra de energia, firmados no Ambiente de Contratação Livre (ACL) e Ambiente de Contratação Regulado (ACR), motivando e sugerindo ajustes, de forma a garantir a correta operacionalização das transações de energia e, que atenda as regras e prazos;
14. Auxiliar as Diretorias nas análises e prospecções relativas ao Setor Elétrico, de forma com que a CEB Lajeado atue em conformidade com os procedimentos de comercialização e regulação vigentes;
15. Prestar assistência em situações que envolvam a CEB Lajeado e seu relacionamento com o ONS, com as transmissoras, as distribuidoras, as comercializadoras e as geradoras atuantes no setor elétrico, tendo em vista o cumprimento das obrigações legais e contratuais, e, até mesmo, eventuais ajustes que se façam necessários;
16. Realizar e participar de reuniões temáticas para acompanhamento, assessoria, explanação, discussão, justificativa e aprofundamento técnico em temas, inclusive junto à Diretoria e seus Conselhos, para análises e prospecções que impactem no resultado econômico e financeiro da CEB Lajeado, sempre que definida a necessidade;
17. Prover suporte durante as avaliações e escolhas de estratégias de comercialização de energia elétrica dos projetos de geração de energia da CEB Lajeado, e durante os processos de tomada de decisões voltadas a política de gestão de riscos de mercado, por meio de indicação das vantagens, oportunidades, riscos e resultados esperados em cada alternativa;
18. Prestar assistência nas operações das empresas CEB Lajeado, monitorando o mercado a partir do acompanhamento de boletins institucionais, de relatórios de órgãos oficiais e de dados específicos e públicos do setor, no âmbito das operações do sistema elétrico, das projeções de preços e de cenários de sensibilidade, traduzindo e apontando os possíveis impactos e ações corretivas, por intermédio da expertise regulatória e de mercad.;
19. Prestar serviços, consistindo no suporte técnico e consultoria necessários para migração, gestão e Representação de energia em relação aos fornecedores e órgãos reguladores no Ambiente de Contratação Livre (ACL) e Ambiente de Contratação Regulado (ACR).

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

O prazo de vigência do presente contrato será de 60 (sessenta) meses, com termo inicial a partir da assinatura do contrato pelas partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O valor global deste contrato será de R$ 618.300,00 (seiscentos e dezoito mil e trezentos reais, correspondente à 90% do valor total constante da proposta da contratada.

Parágrafo Primeiro – Os valores mensais serão parcelas fixas de R$10.305,00 (dez mil, trezentos e cinco reais), devendo contemplar os serviços do lote 1 e lote 2 constantes do Projeto Básico nº 009/2023- CEB LAJEADO.

Parágrafo Segundo - No preço pactuado estão inclusas todas as despesas necessárias à execução do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão mensais, no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir da entrega da(s) Nota Fiscal(s) ao gestor contratual da CEB Lajeado, acompanhada do relatório de execução mensal emitido pela empresa, o qual será conferido e atestado pelo responsável técnico do contrato, observando-se o disposto no Projeto Básico nº 009/2023- CEB LAJEADO, e os quantitativos efetivamente realizados, desde que tenham sido cumpridas as obrigações contratuais e exigências administrativas da CONTRATANTE.

Parágrafo Primeiro - Os pagamentos serão efetuados na Praça de Brasília, através do Banco de Brasília S/A – BRB, devendo a **CONTRATADA** indicar o número de sua conta corrente, bem como a agência do estabelecimento bancário onde deseja receber.

Parágrafo Segundo - As despesas decorrentes de quaisquer taxas e tarifas bancárias em função do pagamento via transferência, ficarão a cargo da **CONTRATADA**.

Parágrafo Terceiro – A nota fiscal poderá ficar retida na área gestora da contratação, caso a **CONTRATADA** deixe de cumprir quaisquer obrigações contratuais.

Parágrafo Quarto - A **CONTRATADA**, como condição para recebimento dos pagamentos, deverá cumprir o estipulado na Cláusula Sexta, deste Contrato, devendo o documento fiscal ser emitido nos termos da legislação aplicável.

Parágrafo Quinto - Se, eventualmente, ocorrer atraso imputável à **CONTRATANTE** no pagamento relativo à execução do contrato, haverá compensação, por dia de atraso, de acordo com a variação do IPCA pro rata do mês da execução do objeto.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO/DO REAJUSTAMENTO

O primeiro reajuste será concedido, mediante solicitação da(s) CONTRATADA(s), após um ano da apresentação da proposta, e será aplicada a variação do IPCA (Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo) acumulado no período de doze meses.

Os reajustamentos subsequentes serão concedidos, mediante solicitação da CONTRATADA, a cada período de um ano, e será, a cada reajustamento, aplicada a variação do IPCA do período de referência.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do CONTRATO, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES:

A CONTRATANTE obriga-se a:

1. Comunicar expressamente a **CONTRATADA**, com a antecedência necessária, qualquer alteração na programação da execução do objeto e propor uma nova;
2. Cumprir as condições de pagamento estipuladas;
3. Notificar, por escrito, a **CONTRATADA** sobre qualquer irregularidade referente à execução do objeto contratado, devendo este se reportar à **CONTRATANTE** no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir do recebimento da referida notificação.

A **CONTRATADA** obriga-se a:

1. Obedecer rigorosamente às condições deste contrato, Edital, Projeto Básico, Especificações Técnicas e anexos;
2. Refazer, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE, os serviços porventura inadequadamente executados;
3. Coordenar a execução do objeto de comum acordo com a **CONTRATANTE**, considerando-se a continuidade cronológica e física dos trabalhos, de maneira a evitar interrupções ou paralisações;
4. Elaborar e enviar à **CONTRATANTE**, relatório dos serviços executados, no qual serão registrados, de maneira mais detalhada possível, os trabalhos realizados e outras ocorrências de interesse da **CONTRATANTE**.
5. Apresentar a nota fiscal juntamente com os seguintes documentos: Certidões negativas de débitos expedidas pelas Fazendas Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, as relativas ao INSS e FGTS, em plena validade, bem como a Certidão Negativa de Inscrição de Dívida Ativa da União.
6. Observar, rigorosamente, o Código Civil Brasileiro, as Normas Técnicas da ABNT, as leis e regulamentos pertinentes, conforme o caso;
7. Apresentar a garantia contratual, conforme Cláusula Décima Terceira, bem como as complementações necessárias quando for o caso;
8. Manter contato permanente com a área gestora do contrato e responsável técnico, para tratar de assuntos relativos ao objeto desta licitação;
9. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições apresentadas para habilitação nesta licitação;
10. Observar nas suas relações de trabalho, o estabelecido no Inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal;
11. Não se utilizar de mão-de-obra infantil, sob pena de condição de causa de rescisão contratual, conforme estabelecida na Lei Distrital nº 5061/2013, não utilizar conteúdo discriminatório contra a mulher nos contratos de aquisição de bens e serviços por órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta do DF, sendo que o uso ou emprego constitui motivo para a rescisão do contrato e aplicação da multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, conforme estabelecido na Lei nº 5448/2015;
12. Os serviços deverão ser prestados sob responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, mediante disponibilização das informações necessárias pela CEB Lajeado;
13. A CONTRATADA deverá permanecer à disposição da CONTRATANTE para avaliação conjunta de quaisquer assuntos referentes ao objeto contratado, inclusive decorrente de mudanças nas legislações;
14. Iniciar a execução do objeto na data indicada no contrato;
15. Observar o disposto no parágrafo primeiro do art. 32, da Lei nº 13.303/2016, para respeitar as normas relativas à:

- Disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;
- Mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;
- Utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais; Avaliação de impactos de vizinhança, na forma da legislação urbanística;
- Proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado por investimentos realizados por empresas públicas e sociedades de economia mista; Acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;
- avaliação de impactos de vizinhança, na forma da legislação urbanística;
- acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES

A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à CEB LAJEADO ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

Parágrafo Primeiro - Na hipótese de chamamento da **CONTRATANTE** em juízo, a qualquer título, em decorrência da execução do objeto deste edital, a **CONTRATADA** obriga-se a assumir todas as responsabilidades e ônus oriundos, ficando a **CONTRATANTE** autorizada a glosar das faturas devidas ou da garantia contratual, as importâncias estimadas no processo, quando estiver constituído o débito em desfavor da Companhia, em razão de decisão judicial, e desde que comprovado por meio do devido processo legal, que o dano ocorreu por inadimplência da **CONTRATADA**.

Parágrafo Segundo - Quando se tratar de despesas processuais em que a **CONTRATANTE** for demandada em juízo em conjunto com a **CONTRATADA,** nos casos de responsabilidade solidária/subsidiária, que surgirem no curso do processo (custas, depósitos recursais, garantia de juízo, perícias, entre outras), serão recolhidas/pagas pela **CONTRATADA**, no prazo estipulado pela **CONTRATANTE**, mediante simples notificação prévia, sob pena de glosa das faturas devidas ou da garantia contratual e demais penalidades previstas neste contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DOS EMPREGADOS DA CONTRATADA

Os empregados da **CONTRATADA** relacionados com a execução do objeto deste contrato deverão possuir capacidade, preparo e experiência comprovada para o desempenho dos serviços a que se propõe.

Parágrafo Único - Os empregados da **CONTRATADA** não terão nenhum vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**, sendo de responsabilidade daquela todas as obrigações fiscais, trabalhistas, comerciais, previdenciárias e outras correlatas.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial deste contrato, a **CONTRATANTE** poderá garantida prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes penalidades:

1. Advertência;
2. Multa, conforme estabelecido no Parágrafo Quinto desta Clausula;
3. Suspensão, por prazo não superior a 2 (dois) anos, do direito de participar de licitações perante a CONTRATANTE ou contratar com esta;

Parágrafo Primeiro - As penalidades previstas nas alíneas ‘a’ e ‘c’ poderão ser aplicadas juntamente com a constante da alínea “b”, assegurada a defesa prévia de que trata a presente cláusula.

Parágrafo Segundo - O prazo de apresentação da defesa prévia será de 10 (dez) dias úteis, para as penalidades constantes das alíneas “a”, “b” e “c”, bem como na hipótese de cumulação de pena prevista no Parágrafo Primeiro desta Cláusula e contar-se-á o prazo da data do recebimento, pela **CONTRATADA**, da comunicação da aplicação da respectiva sanção.

Parágrafo Terceiro - Os órgãos encarregados do recebimento, fiscalização ou inspeção deverão comunicar obrigatoriamente a autoridade competente da CEB LAJEADO, a ocorrência de qualquer fato que possa acarretar o inadimplemento de obrigações atribuídas à **CONTRATADA**.

Parágrafo Quarto - A **CONTRATADA** estará sujeita à penalidade de multa, salvo motivo de caso fortuito, de força maior ou outro, devidamente justificado e aceito pela **CONTRATANTE,** quando deixar de cumprir, no prazo e condições estipulados, qualquer obrigação contratual assumida.

Parágrafo Quinto - A multa será aplicada nos seguintes percentuais:

1. Pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, poderá ser aplicada multa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação;
2. No caso de atraso na entrega da garantia contratual, quando exigida, a incidência de multa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato;
3. Nos demais casos de atraso, a incidência de multa nunca inferior a 5% (cinco por cento) ou superior a 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato;
4. Pela inexecução parcial, a incidência de multa nunca inferior a 10% (dez cinco por cento) ou superior a 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato;
5. No caso de inexecução total, a incidência de multa nunca inferior a 20% (vinte por cento) ou superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato.

Parágrafo Sexto - As justificativas, referentes a atraso na execução do objeto, deverão ser apresentadas pela **CONTRATADA** à área gestora da contratação que decidirá sobre a aceitação das mesmas.

Parágrafo Sétimo - A justificativa de que trata o PARÁGRAFO SEXTO somente poderá ser apreciada pela **CONTRATANTE**, se lhe for apresentada dentro do prazo ajustado para execução do objeto.

Parágrafo Oitavo - As decisões sobre a aceitação ou não das justificativas serão comunicadas por escrito a **CONTRATADA**.

Parágrafo Nono - O valor correspondente à multa será glosado dos pagamentos que a **CONTRATADA** tenha a receber da **CONTRATANTE** ou da garantia contratual. Verificando-se que o crédito é insuficiente para cobrir o valor da glosa, será a **CONTRATADA** notificado para recolher o saldo no Setor Financeiro da CEB LAJEADO, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do recebimento da comunicação, sob pena de cobrança judicial, independentemente da aplicação de outras sanções cabíveis.

Parágrafo Décimo - Sem prejuízo de outras sanções e ressalvados os casos de justificativa aceita pela contratante**,** a penalidade de suspensão do direito de participar de licitações perante a **CONTRATANTE** ou contratar com esta, poderá ser aplicada:

1. por 3 (três) meses, quando a CONTRATADA incidir duas vezes, no período de 1 (um) ano, em atraso na execução do objeto que lhe tenham sido confiados em licitações e contratações distintas, ou se reincidente em faltas pelas quais já tenha sido advertida;
2. por 6 (seis) meses, quando for responsável pela rescisão do contrato;
3. por prazo superior a 6 (seis) meses e não excedente de 2 (dois) anos, nos casos em que o inadimplemento acarretar graves prejuízos a CONTRATANTE.

Parágrafo Décimo Primeiro - As decisões sobre a aplicação da penalidade da presente Cláusula serão comunicadas, formalmente, a **CONTRATADA.**

CLÁUSULA DÉCIMA - FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DO (S) SERVIÇO(S)

A **CONTRATANTE** fiscalizará a execução do objeto de maneira remota e através de seus gestores, de acordo com os padrões desta Companhia e outras indicações contidas neste instrumento contratual, e conforme constante no Projeto Básico nº 009/2023- CEB LAJEADO.

Parágrafo Primeiro - A fiscalização, por parte da **CONTRATANTE**, não exime a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto e a observância de todos os preceitos legais e de boa técnica.

Parágrafo Segundo - Toda comunicação entre a **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE**, relacionada com a execução do objeto, deverá ser feita por escrito ao gestor do contrato e responsável técnico.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

Parágrafo Primeiro - A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na Lei nº 13.303/2016.

Parágrafo Segundo - A forma de rescisão do contrato poderá ser:

1. por ato unilateral e escrito de qualquer das partes nas hipóteses da Lei nº 13.303/2016;
2. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a CEB LAJEADOO;
3. judicial, nos termos da legislação.

Parágrafo Terceiro - A rescisão por ato unilateral a que se refere a alínea “a” do Parágrafo anterior, deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Quarto - Na hipótese de imprescindibilidade da execução contratual para a continuidade de serviços públicos essenciais, o prazo a que se refere o Parágrafo Quarto será de 90 (noventa dias).

Parágrafo Quinto - Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da outra parte **CONTRATANTE**, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovados, e no caso da **CONTRATADA** terá este ainda direito a:

1. Devolução da garantia;
2. Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;
3. Pagamento do custo da desmobilização.

Parágrafo Sexto – A rescisão por ato unilateral da CEB Lajeado, acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento:

1. Assunção imediata do objeto CONTRATADO, pela CEB Lajeado, no estado e local em que se encontrar;
2. Execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela CEB LAJEADO;
3. Na hipótese de insuficiência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à CEB LAJEADO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CONTRATAÇÃO E ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Parágrafo Primeiro - Os contratos celebrados poderão ser alterados qualitativamente e quantitativamente, por acordo das partes e mediante prévia justificativa do gestor do contrato, vedando-se alterações que resultem em violação ao dever de licitar, observado o disposto da Lei nº 13.303/2016.

Parágrafo Segundo - A alteração quantitativa poderá ocorrer, nas mesmas condições contratuais, quando for necessário acréscimos ou supressões do objeto até o limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Parágrafo Terceiro - A alteração qualitativa do objeto poderá ocorrer quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos objetivos da CEB LAJEADO.

Parágrafo Quarto - Quaisquer novos tributos ou encargos legais que venham a ser criados, alterados ou extintos após a data da apresentação da proposta e, que comprovadamente reflitam os preços contratados, implicará na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

Parágrafo Quinto - A competência para autorizar as alterações contratuais de que tratam os PARÁGRAFOS SEGUNDO, TERCEIRO e QUARTO é atribuída à Diretoria Colegiada, as quais serão efetivadas mediante aditamento ao instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - GARANTIA CONTRATUAL

A **CONTRATADA** deverá recolher, em nome da **CONTRATANTE**, em até 15 (quinze) dias após a data de assinatura do Contrato, uma das seguintes modalidades de garantia, conforme indicado em sua Proposta Comercial:

1. caução em dinheiro;
2. Seguro-garantia;
3. Fiança bancária.

Parágrafo Primeiro - As garantias a que se referem às alíneas "a", "b" e "c", serão de até 5% (cinco por cento) do valor do Contrato; caso haja suplementação de verba através de termo aditivo ou termo de apostilamento, a garantia deverá ser ajustada a 5% do valor total do contrato.

Parágrafo Segundo - A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por banco, por si ou pelos acionistas detentores de seu controle ou administradores, não participem do capital ou da direção da **CONTRATADA**, bem como somente poderão ser aceitas se emitidas por instituição financeira idônea e devidamente autorizada a funcionar no Brasil, nos termos da legislação própria, credenciada como Instituição Bancária pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo Terceiro - Na carta de fiança deverá constar a expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios do artigo 827, do Novo Código Civil Brasileiro.

Parágrafo Quarto - Qualquer que seja a modalidade de garantia escolhida pelo licitante vencedor, esta deverá cobrir todo o prazo de vigência do contrato, acrescido de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Quinto - O recolhimento de quaisquer das garantias deverá ser feito por intermédio da gerência financeira da CEB LAJEADO.

Parágrafo Sexto - A garantia escolhida pelo licitante deverá ser complementada sempre que houver defasagem em relação ao valor inicial, sendo tal complemento apresentado pela **CONTRATADA**, quando da entrega das faturas correspondentes, como condição para o recebimento destas. Em caso de prorrogação do prazo de vigência do Contrato a ser firmado com o licitante vencedor, a garantia deverá ser renovada, mantendo-se o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato atualizado, e cobrindo- se o prazo prorrogado acrescido de mais 30 (trinta) dias.

Parágrafo Sétimo - A garantia depositada poderá, a critério da **CONTRATANTE**, ser utilizada para cobrir eventuais multas e/ou não cumprimento de obrigações contratuais assumidas pela **CONTRATADA**.

Parágrafo Oitavo - Ocorrendo a hipótese prevista no Parágrafo Sétimo, a garantia deverá ser reconstituída imediatamente pela **CONTRATADA**, de forma a manter o valor compatível com o valor da contratação, devidamente atualizado.

Parágrafo Nono - A garantia somente será levantada após o recebimento definitivo do objeto desta contratação, não devendo juros ou correção monetária, salvo quando prestada em dinheiro, caso em que será atualizada monetariamente. Não sendo cumpridas quaisquer das obrigações contratuais, a garantia ficará retida até a solução da pendência.

Parágrafo Décimo - A garantia escolhida pela **CONTRATADA** poderá ser substituída por outra no decorrer da execução do objeto, com anuência previa da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS DESEMBOLSOS

As despesas decorrentes desta licitação serão debitadas na Conta Orçamentária nº 6105.1.28.01.002 - PT: 25.122.8209.8517.7251 - Serviços Administrativos Gerais, Fonte de Recursos nº 510 - Próprios - CEB Lajeado S.A.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO GERENCIAMENTO/ FISCALIZAÇÃO

O gerenciamento deste Contrato e a sua fiscalização ficarão a cargo da Área Administrativa da CEB L, juntamente com a Comercialização da CEB-H, conforme item 13 - Fiscalização dos Serviços do Projeto Básico nº 009/2023, ou seu substituto eventual, a quem deverá ser dirigida, por escrito, toda comunicação entre a **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE**, por escrito, relacionada com o objeto deste contrato.

O gerenciamento do objeto contratual ficará com a Gerente de Regulação e Comercialização de Energia da CEB, Sra. Andreia de Freitas Silva, andreia.silva@ceb.com.br (61).3774-1056, e o Gerenciamento Administrativo ficará a cargo da Área Administrativa da CEB L, através da Consultora Eunice Malvar eunice.malvar@ceb.com.br (61) 3774-1155, ou que venha a substituir a titular no setor administrativo da CEB Lajeado.

O gerenciamento do contrato pela contratada ficará com o Gestor de projeto, Sr. Jaison Chamberlain, e-mail Jaison.chamberlain@thymosenergia.com.br , [redacted], e a gestão regulatória ficará com a Assessora Regulatória Sra. Ariane Paixão, e-mail Ariane.paixão@thymosenergia.com.br , [redacted]

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Para a devida garantia da privacidade e da proteção de dados pessoais, as partes comprometem-se a observar e cumprir as disposições previstas na Lei 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e no Regulamento de Licitações e Contratos do Grupo CEB, no que tange a proteção e privacidade dados pessoais e dados pessoais sensíveis, durante a execução deste Contrato e tratamento de dados pessoais decorrente deste.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA CONFIDENCIALIDADE

As obrigações de confidencialidade permanecerão válidas durante todo o prazo de 60 (sessenta) meses, a contar da data de assinatura deste instrumento.

As partes se comprometem a manter confidencialidade entre as informações trocadas e geradas, constantes dos relatórios, reuniões, e-mails e todo material compartilhado e gerado;

As partes pretendem prover a necessária e adequada proteção às informações confidenciais de titularidade das PARTES, que sejam solicitadas umas pelas outras;

As partes concordam em manter confidenciais as informações que assim lhe sejam trocadas, observadas as cláusulas e condições ora estabelecidas;

As partes consideram adequado o intercâmbio de dados e informações acordados, tratados, produzidos, desenvolvidos ou por qualquer forma obtidos como resultado da presente contratação;

As partes desejam proteger as Informações Confidenciais de divulgação para terceiros e de seu uso não autorizado; e

As partes concordam e obrigam-se a tratar toda e qualquer Informação forma absolutamente privada e confidencial e tomar todas as providências necessárias para que assim permaneçam.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DISPOSIÇÕES GERAIS

Este Contrato não induz analogia aos títulos de crédito para efeito de circulação, hipótese em que a **CONTRATADA** incorrerá nas penas previstas em norma competente. O protesto indevido de qualquer título da **CONTRATANTE**, garante à mesma, o direito de glosar das faturas da **CONTRATADA**, o custo para regularização da situação, independentemente da aplicação das penalidades legais. Os casos omissos serão dirimidos de acordo com as normas jurídicas aplicáveis e, em especial, com a Lei nº 13.303/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO DECRETO Nº 34.031 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

Em cumprimento ao Decreto nº 34.031 de 12 de dezembro de 2012, fica informado que, havendo irregularidades neste instrumento, qualquer cidadão poderá entrar em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

CLAUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, com prejuízo a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para solucionar eventuais litígios referentes a este Contrato.

E assim, por estarem justas e Contratadas, assinam o presente de um só teor e efeito, obrigando-se por si e seus sucessores a fazê-lo cumprir nos termos e condições estipulados.

Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Guedes Viana**, **Usuário Externo**, em 06/02/2024, às 18:21, conforme art. 6º do Decreto n° 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA GUIMARÃES DE CAMPOS AMARAL - Matr.0007097-P**, **Consultor(a) Juridíco(a)**, em 06/02/2024, às 18:32, conforme art. 6º do Decreto n° 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **João Carlos de Oliveira Mello**, **Usuário Externo**, em 07/02/2024, às 11:14, conforme art. 6º do Decreto n° 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **JAIRO FERNANDO MECABÔ - Matr.0006775-h**, **Diretor(a) Administrativo(a)-Financeiro(a)**, em 07/02/2024, às 12:26, conforme art. 6º do Decreto n° 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **JOÃO WELLISCH - Matr.0000707-h**, **Diretor(a)-Geral**, em 07/02/2024, às 12:30, conforme art. 6º do Decreto n° 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 verificador= **132786100** código CRC= **2D9E61E4**.